



A Produção Comunitária em Rádios Comunitárias¹

Jean Felipe Rossato²

Maria Ivete Trevisan Fossá³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

O presente artigo propõe-se a investigar as associações de rádios comunitárias na realização da comunicação comunitária. A partir do confronto de suas práticas com a teoria proposta, busca-se evidenciar a importância da participação popular na produção dos conteúdos comunitários. Na produção coletiva dos meios de comunicação, é possível abarcar as expressões culturais, tradicionais e genuínas da própria comunidade, defendendo o universo dos movimentos sociais e o espaço democrático, tornando o povo protagonista da mídia. Tomou-se como objeto de estudo três rádios comunitárias da Quarta Colônia⁴, onde foram realizadas entrevistas aprofundadas com os gestores, difusores e comunidade. Os resultados apontam para certo despreparo dos gestores e difusores comunitários na promoção da participação em comunidade.

Palavras-chave

Comunicação Comunitária; Rádio Comunitária; Programação; Participação Comunitária

Introdução

As manifestações sociais, as diversas formas de expressão cultural e as lutas de classes são modos como as organizações coletivas de cidadãos expressam seus desejos e anseios. Dentre as diversas formas de expressão e reivindicação social, destaca-se a comunicação comunitária, temática central deste estudo.

A comunicação comunitária, em geral, é realizada por meios de comunicação participativos, especialmente as rádios comunitárias. Este tipo de comunicação tem como objetivo:

¹ Trabalho apresentado no II 7- Comunicação, Espaço e Sociedade do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

² Aluno de graduação em Comunicação Social-Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria, autor do trabalho.

³ Orientadora do trabalho, Professora Associada da UFSM, Docente do Curso de Graduação em Comunicação Social e dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e, em Administração da UFSM

⁴ Quarta Colônia é o quarto centro de colonização italiana do Rio Grande do Sul. Localizado no centro do estado conta, hoje, com os municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Silveira Martins, São João do Polêsine.



não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania (PERUZZO, 2006, p.10).

Neste contexto, nossa problemática de pesquisa ancora-se na hipótese de que os objetivos da comunicação comunitária podem estar desvirtuados ou ofuscados nas etapas de elaboração e produção de conteúdos nas rádios comunitárias. Partindo deste princípio, a fim de obter respostas que confirmem ou desmistifiquem nossas hipóteses, objetivamos confrontar as práticas comunicativas de emissoras de rádio comunitárias, da Quarta Colônia\RS, com as concepções teóricas sobre comunicação comunitária abordadas neste estudo, tendo-se como principal referência Cecília M.K Peruzzo (2004, 2006).

Através da análise da programação diária e da rotina de produção da emissora investigada, desenvolvemos uma reflexão teórica para, em um segundo momento, assessorar os difusores na produção de conteúdos comunitários. Isso coloca o cidadão no centro do processo comunicativo, despertando seu interesse em participar da produção da programação e contribuir para informar e aprofundar temas de interesse coletivo. Portanto, o presente trabalho pode ser entendido como um facilitador no aperfeiçoamento do fazer comunitário, promovendo a comunicação comunitária nas associações de rádios comunitárias.

A partir das observações, percebemos que as associações de rádio comunitária nem sempre destinam a real importância para a comunidade, desviando-se, assim, de seu princípio. Supõe-se que isso acontece por falta de conhecimento e de formação dos difusores. Dessa forma, é necessário, primeiramente, atingir os gestores e difusores das rádios comunitárias orientando-os para o fazer comunitário.

A metodologia utilizada é a pesquisa de campo com associações de rádio comunitárias do interior do Rio Grande do Sul, aplicando-se, primeiramente, entrevistas aprofundadas com os gestores e difusores de tais rádios a fim de diagnosticarmos a situação atual das rádios comunitárias. Posteriormente, serão aplicados questionários com a comunidade para confrontar os resultados da entrevista com a opinião e conhecimento da população.

Na primeira seção deste estudo, desenvolveremos a discussão em torno do conceito de comunicação comunitária. Na segunda seção, teceremos alguns comentários



para ilustrar a evolução do rádio comunitário e o papel dessas associações com relação à comunicação comunitária no contexto midiático⁵. Num terceiro momento, descreveremos o percurso metodológico desenvolvido e o objeto de estudo. A análise será descritiva e comparativa, aliando a situação com a prática interpretativa. Por fim, apresentaremos as conclusões desse artigo.

Comunicação Popular em Rádios Alternativas

Os movimentos populares dos anos de 1970 e 1980 afloraram a comunicação popular e alternativa no Brasil. Essa foi a maneira encontrada pelas classes subalternas de se fazerem ouvir perante a grande mídia corporativa. Através desses novos meios de comunicação, os movimentos sociais

[...] estão construindo algo de “novo”, expressando interesses coletivos que trazem em seu interior um esforço pela autonomia e por um “que fazer” democrático, num novo espaço de ação política, e contribuem assim, para a elaboração de outros valores (PERUZZO, 1998, p. 148).

A voz do povo se tornou ativa e participante dentro da esfera social, desenvolvendo a construção do cidadão em comunidade. Isso se evidencia através das conquistas que esses movimentos desencadearam. Os mesmos fizeram-se necessários, pois, nos dizeres de Festa (1982), os meios de comunicação de massa, em geral estão nas mãos da burguesia dominante e orientam-se pela unidirecionalidade e verticalidade, privilegiando os objetivos e as ideologias dessas classes.

Por isso, a população menos favorecida necessitava de um mecanismo em que o povo pudesse ser o protagonista da mídia. Nesse sentido, são criadas as primeiras rádios livres e comunitárias do país trazendo a ânsia do idealismo popular e o forte sentimento de construção da cidadania. Através desse movimento, surge a idéia de comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil, provocando novos estudos no campo comunicacional:

O estudo em comunicação popular redefiniu os marcos de problemática da comunicação. Durante muito tempo, falar de comunicação significou falar de meios, canais, mensagens. Agora falar de comunicação popular implica falar de cultura, de relação. (BERGER, 1989, p.19 apud PERUZZO, 1998, p113).

⁵ Conceito definido por SODRÉ (2002)



Assim, a comunicação popular nasce muito mais com o intuito de defender a cultura, a tradição, a religião, os hábitos da comunidade do que o de ir contra a comunicação massiva. A comunicação passa a transmitir a realidade da sociedade e não apenas a espetacularização do cidadão na mídia como nos meios de comunicação de massa. Essa comunicação caracteriza-se, como defende Peruzzo (1998) por estar: “nas mãos de instituições sem fins lucrativos e de movimentos sociais, é multidirecional, horizontalizada e emitida a partir de anseios das classes subalternas”.

Entendemos, portanto, que a comunicação deve ser realizada pelo povo em prol dele mesmo. Duarte (2009) também aponta que, na comunicação comunitária, a centralidade do processo de comunicação deve estar no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável.

Através dessas afirmações, compreendemos que o povo é agente construtor e transformador de sua própria comunicação, construindo uma comunidade participativa, promotora da cultura, educação, democracia e construtora de uma cidadania coletiva na esfera pública.

A vitória da comunicação popular sobre a classe elitizada deu-se pela luta de consecução dos direitos de participação cidadã e melhoria das condições das classes subalternas, articulada pelos movimentos sociais da época.

Ainda hoje, o conceito de comunicação comunitária vem sendo estudado por diversos pesquisadores do campo, conforme a explanação:

Esse horizonte de la comunicación comunitária es uno de los temas sobre los que hay que reflexionar fuertemente, no sólo em relación com cada práctica sino también para seguir pensando y construyendo nuevas herramientas de trabajo (MATA, 2009, p. 23).

Compreende-se que não há uma comunicação comunitária estática, pois a sociedade está em constante mudança, sejam em hábitos, movimentos, prioridades, costumes. Por isso, as ferramentas e as práticas de construção da cidadania e ampliação dos direitos humanos estão se modificando e deve ser papel do comunicador trabalhar esses novos aspectos que venham a surgir. Os agentes participantes, as manifestações, as demandas, os atos comunicacionais devem ser identificados; enfim, deve-se mapear a sociedade na qual a rádio está inserida.



A difusão das rádios comunitárias e seus níveis de participação

Os espaços de democratização, iniciados, em geral, com as manifestações populares, evidenciaram o surgimento das rádios comunitárias - associações comunitárias sem fins lucrativos, que prestam serviço a comunidade na qual estão inseridas, promovendo a participação popular na produção e transmissão das demandas da comunidade⁶. Essas rádios têm como objetivo transmitir a comunicação comunitária local, ou seja, do povo para o povo. Considerada um meio de comunicação barato, de amplitude e pluralista, atende perfeitamente as necessidades que os movimentos sociais defendem.

Com o passar do tempo as rádios comunitárias foram crescendo e multiplicando-se e, hoje, já encontramos diversas delas no Brasil; algumas legais outras ilegais, algumas produzindo comunicação comunitária, outras nem tanto. Por isso a rádio comunitária deve promover a comunidade e não caracterizar-se como micro-empresas que vendem espaços publicitários. Explica-se que:

[...] las rádios comunitárias deben ser; radios participativas, de toda la comunidad, deben responder a las necesidades, gustos y realidades locales, deben ser médios que contribuya a la formación, al desarrollo y la paz de la comunidad. (PERUZZO, 2004, p.140).

Isso somente é possível com a participação e interação da comunidade com a rádio. O povo deve construir produzir, editar, divulgar tudo que estiver atrelado à comunidade, havendo uma participação mútua, rádio e comunidade. Isso evidencia um dos princípios da comunicação comunitária, que é a participação da comunidade em todo o processo. Essa comunicação, como afirma Peruzzo (2004), pode ocorrer em três níveis de participação dentro da rádio comunitária: básico, intermediário e avançado.

O nível básico se dá quando a comunidade participa da programação da rádio, mas não produz nenhum conteúdo informativo. Isso ocorre quando a população faz pedidos de músicas durante os programas. Já o intermediário ocorre quando as pessoas da comunidade se inserem como colaboradores em matérias jornalísticas. Nesse caso, acontece quando a pessoa participa de uma entrevista na rádio sobre assuntos de seu entendimento e interesse. E o nível avançado está relacionado às pessoas da comunidade enquanto produtoras das matérias jornalísticas, quando produzem

⁶ Conceito estruturado com base na definição do Ministério das Comunicações.



informativos, boletins, reportagens, dentre outros. É quando a programação é produzida por esses participantes.

Percebemos que para acontecer realmente à comunicação comunitária, a comunidade deve ser participante nos três níveis. Somente com o acesso e participação de qualquer membro ou grupo da sociedade ao poder público, midiático ou outras instâncias é que se pode democratizar e realizar essa comunicação. Por isso, a rádio comunitária é ferramenta importante nesse processo, pois privilegia o espaço da comunidade nas mídias.

Com o intuito de estar presente na localidade, este meio de comunicação deve produzir conteúdos que realmente interessem a comunidade local, conteúdos populares. O povo tem o direito de receber informações e o dever de participar e produzir essas informações à comunidade. Devemos compreender, desse modo, que o mesmo deve sair de sua zona de conforto, superar seu isolamento e expressar-se em comunidade, transmitindo suas opiniões e reivindicações, enfim, aquilo que seja de interesse de uma maioria.

A produção de informação em comunidade é uma constante, por isso, os produtores das rádios comunitárias devem estar cientes do que é uma notícia popular. Podemos destacar algumas temáticas que são consideradas demandas da comunidade e podem ser trabalhadas nas rádios, como: segurança pública, questão agrária, saúde, meio ambiente, qualidade de vida, alimentação, trabalho infantil, dentre outras. Todos esses assuntos são de interesse da comunidade e contribuem para a construção de uma sociedade melhor. Portanto, a rádio comunitária pertence à comunidade, e deve ser organizada, dirigida, pautada e operada por ela.

Movimentos de rádios comunitárias na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Estado do RS.

O movimento de criação da comunicação popular e alternativa, ocorrido no Brasil e na América Latina, foi semelhante ao ocorrido na Quarta Colônia, no interior do RS, pois todas elas nascem da necessidade de um veículo de comunicação próprio da comunidade. Esse é o elemento impulsionador na implantação das rádios comunitárias.

No Brasil, existem leis que regulamentam a execução de rádio difusão comunitária. A principal regulamentação, segundo o Ministério das Comunicações, é a



lei 9.612⁷ regulamentada pelo Decreto 2.615, em 1998, caracterizando a rádio comunitária como, uma emissora FM, com baixa potência, com alcance limitado à 1Km a partir de sua antena transmissora, com caráter social, sem fins lucrativos, com o objetivo de transmitir a cultura e a informação do povo.

A partir do mesmo ano de regulamentação da atividade de rádio difusão comunitária no Brasil, as associações comunitárias da Quarta Colônia, em especial, o município de Nova Palma⁸, passaram a planejar e organizar os documentos para a concessão da rádio, junto a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Entendeu-se que a comunidade necessitava de um meio de comunicação dela mesma e partiu-se para a formação de uma associação comunitária constituída por lideranças do município. A iniciativa do município fomentou outras organizações comunitárias na Quarta Colônia que, também, buscaram a concessão de rádio difusão comunitária.

Os processos de tramitação, desde o envio até a legalização duraram, em média, dois anos. Hoje, a maioria dos municípios, possui uma emissora comunitária. No entanto, as diferenças em termos técnicos e de pessoal habilitado para os serviços de radio difusão são discrepantes. Alguns municípios, como o de Nova Palma, possui o domínio da radiodifusão por atuar há mais dez anos e deter conhecimentos e equipamentos mais condizentes com um ideal de rádio comunitária. Já outros municípios como São João do Polêsine, Ivorá, Dona Francisca e Itaara estão finalizando o processo de tramitação ou mesmo em seus primeiros anos de existência, caracterizando-se como, rádios em caráter experimental.

Partindo-se dessa situação, nossa metodologia pautou-se na pesquisa de campo⁹, através de visitas às instalações das emissoras comunitárias. Através dessas análises, percebemos que grande parte dos equipamentos, como aparelhos de gravação, mesa de som, computadores, internet, microfones atendem as necessidades básicas de uma emissora. Já as noções de alguns dos difusores comunitários são básicas, visto que são pessoas da própria comunidade, que iniciaram suas atividades de radialistas na rádio em questão, ou mesmo, haviam realizado um curso técnico anteriormente. Mesmo havendo essa insegurança dos difusores, percebemos que há um estímulo dos radialistas

⁷Site ministério da comunicação, normas e leis de regulação da atividade de radiodifusão comunitária <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/perguntas-e-respostas>

⁸ Site oficial de Nova Palma, <http://www.novapalma.rs.gov.br/portal1/intro.asp?idMun=100143263>

⁹ Definida por LAKATOS e MARCONI (2001), como sendo a investigação realizada no local onde ocorre o acontecimento.



em busca de conhecimentos novos. Dessa forma, notamos que as associações desejam aperfeiçoar a comunicação comunitária, tanto em níveis técnicos, quanto teóricos.

Outro percalço nas associações é a arrecadação de recursos para manutenção e funcionamento da emissora, pois apesar de tratar-se de uma rádio comunitária, ela gera alguns gastos administrativos com pessoal, estrutura e consumo. Mas, segundo a ANATEL¹⁰, é expressamente proibido uma rádio comunitária realizar anúncios publicitários que enfoquem o produto ou atividades de determinado estabelecimento. A forma mais tradicional de receber proventos da comunidade é com doações de pessoas físicas e jurídicas, através de apoios culturais.

Levantamento das práticas comunitárias das rádios da Quarta Colônia e confronto com os dizeres da teoria.

Discorreremos agora sobre três emissoras da Quarta Colônia e para preservar o seu anonimato, denominamos de rádio A, rádio B, rádio C.

A rádio A, é uma associação comunitária com mais de 10 anos de atuação. Sua estrutura é modelo para as demais rádios comunitárias da Quarta Colônia, tendo três salas (uma recepção, um estúdio, um estúdio de gravação), possuindo três funcionários assalariados, sendo dois radialistas e uma secretária, além de uma associação comunitária bem representada.

Sua programação é diversificada, contendo programas de informação da comunidade com a prefeitura, posto de saúde, sindicatos, correios, policia civil e militar e entidades religiosas. Programas esportivos e informativos com notícias da região e do estado, além de diferentes gêneros musicais durante toda a programação. Em entrevista realizada com os radialistas, identificamos uma experiência dos profissionais na área, sendo que um é jornalista por formação. Partindo-se desse princípio observamos que a programação e a qualidade das informações são adequadas.

Já os gestores identificaram certa dificuldade na arrecadação de fundos para a manutenção da programação comunitária, pois, segundo eles, os limites impostos pela ANATEL inibem muitas verbas, mesmo assim, a programação não infringe as leis regulamentadas. Na opinião da comunidade a programação é boa, e, em geral, a mesma participa ou já participou da programação da rádio, seja em entrevistas, reportagens,

¹⁰ Portal oficial ANATEL, <http://www.anatel.gov.br>



pedido musical ou durante a programação. Um descontentamento apontado foi em relação ao gênero musical, que segundo alguns entrevistados são antigas e esquecidas do público ouvinte.

Portanto, através de um olhar crítico, auxiliado pelos escritos de Peruzzo (2006), podemos afirmar que a Rádio A promove a comunicação comunitária, visto que está há um bom período realizando a rádio difusão e tem profissionais capacitados e críticos capazes de entenderem o fim da comunicação comunitária, promovendo a participação da comunidade e fazendo-a ser agente de produção, emissão e recepção das mensagens.

Já a rádio B foi fundada recentemente, por isso, identificamos mais necessidades. Sua estrutura física possui uma sala, com uma mesa de som, telefone e computadores, não tendo isolamento acústico, o que é prejudicial à qualidade sonora das mensagens. Uma adversidade na construção da comunicação comunitária é possuir apenas um dos difusores comunitários, no total de três, com experiência em rádio, embora isso não signifique que todos devam ser profissionais experientes, pois a construção da comunicação se dá com a comunidade, mas o desconhecimento da ação de comunicação comunitária prejudica sua atuação, ofuscando-a. Os voluntários que realizam a rádio difusão comunitária, muitas vezes, podem estar baseados em princípios, opiniões e hipóteses à respeito dessa comunicação, que não estejam de acordo com seu sentido, não conseguindo estimular a comunidade a participação da construção da rádio.

Em entrevista com o radialista podemos apontar seu descontentamento com a comunidade, pois segundo ele, a comunidade não tem interesse em participar da programação da comunitária, por isso, a rádio, muitas vezes, permanece no piloto automático. Faltam voluntários para a realização da programação. A população não se sente motivada em participar, muitas vezes por vergonha e/ou desinteresse e, quando assim o fazem, é somente através de pedidos musicais ao telefone.

Os gestores da associação também identificam uma falta de comprometimento da comunidade com a rádio. São poucas as entidades municipais que buscam parcerias com a associação, em geral, a iniciativa parte sempre da rádio comunitária, e ainda segundo o entrevistado, as entidades afirmam que não possuem tempo disponível para participar da programação da rádio.

As entrevistas com a comunidade apontam para o fator crucial, a falta de interesse da mesma em participar. Algumas pessoas arriscam-se a dizer que desejam



participar, mas não sabem como. Desse modo, percebe-se que a programação e a comunidade estão em desacordo e a comunicação comunitária está sendo mal interpretada pela associação. Necessita-se construir uma programação em que o povo seja o agente da informação e participe do fazer comunitário, esse sistema pode partir por iniciativa da rádio (gestão e funcionários) através da exposição do sentido do fazer rádio comunitária, promovendo uma mobilização de todo o município.

Como os estudos sobre comunicação comunitária indicam, a rádio comunitária deve despertar o interesse de agir em comunidade, através da participação e do convívio diário com todos, e o rádio é o meio para esse fim. A comunidade deve ser o agente de realização do rádio e através dele cativar os demais membros da comunidade, para que juntos, formem um grupo coeso e unido transmitindo informações que atinja a todos de maneira satisfatória atendendo as necessidades gerais da comunidade.

A rádio C é outra emissora comunitária que iniciou suas transmissões recentemente, mas diferente da rádio B, possui uma estrutura condizente, com três salas, (estúdio de áudio, gravação e recepção, além de uma cozinha) e três funcionários assalariados. Por estar em caráter experimental, a emissora já apresenta um bom número de apoiadores culturais, isso faz com que a gestão consiga aperfeiçoar seus equipamentos e seu pessoal, investindo em capacitação e qualidade.

Em entrevista com um dos radialistas da rádio comunitária C, percebemos que este está motivado em trabalhar no rádio, apesar da participação da comunidade não estar de acordo com suas expectativas (ele acredita que seja pelo motivo da rádio estar iniciando suas atividades recentemente). A programação da rádio comunitária não é muito diversificada, havendo programas inteiramente no piloto automático¹¹ o que confunde o objetivo da comunicação comunitária, uma vez que não transmite a informação à comunidade.

O gestor e presidente da associação comunitária explica que enfrentam alguns desafios, pois, segundo ele, alguns boatos são disseminados pela comunidade dizendo que a rádio é de determinado partido, afetando assim, toda a construção do social que o veículo pode proporcionar.

Alguns membros da comunidade, quando entrevistados, afirmam desconhecer as atividades que estão sendo realizadas pela rádio, visto que ela está iniciando ou que

¹¹ Piloto automático são programas musicais, sem a presença de locutor, estritamente vinculado a reprodução de músicas selecionadas .



na localidade onde moram o rádio não alcança a frequência. A comunidade afirma que tem interesse em participar, mas ainda não sabe como deve proceder.

Analisando a situação da Rádio C, a iniciativa deve partir da própria gestão da rádio, incentivando a população através da comunicação comunitária, trabalhando a participação do povo em seu canal de comunicação.

Diversas são as formas e níveis de participação, seja com entrevistas, programas, reportagens que contemplem a vida do trabalhador rural, do funcionário e dos acontecimentos do município, fazendo-se presentes em todas as ações e acontecimentos que tenham ou venham ocorrer na cidade, despertando o interesse para a ação comunitária produzindo uma rádio do município para seus habitantes.

Considerações finais

A comunicação comunitária é alçada na participação popular, produzida e editada pela comunidade sendo o princípio fim de toda rádio comunitária. Peruzzo, auxiliada pelos estudos de Viera (2005), afirma que a comunicação comunitária deve ser entendida como,

[...] o canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível socioeconômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local. (DELIBERADOR; VIEIRA, 2005, p.8. apud PERUZZO, 2006 p.9)

Prestando-se a olhares da comunidade, afirmamos que essa comunicação comunitária é independente de classe social, pois a manutenção da esfera social se dá em/na comunidade por inteiro. Através dessa ação conjunta é possível evitar os ruídos e boatos que podem vir existir, por isso a rádio torna-se um meio facilitador nesse processo, uma vez que esclarece a mensagem à toda comunidade. Para tanto, a rádio deve ser utilizada como ferramenta de manutenção da ordem social e manifestação popular, construindo-se por meio da participação de todos.

Aliando a teoria de Peruzzo (2004, 2006) com a vivência em rádio, percebemos um distanciamento da real concepção do fazer comunicação comunitária. Isso é evidenciado com o estudo aqui explanado, pois percebemos a discrepância da programação da Rádio A e da Rádio B, por exemplo. Resulta assim, que a comunicação



comunitária está ofuscada e/ou mal interpretada por seus gestores e difusores, uma vez que, percebemos certa dificuldade da rádio B e C em envolver a comunidade.

As entrevistas com os três diferentes públicos, além da análise da programação, serviram-nos para entender a situação da rádio, da programação e a opinião dos públicos em relação à produção comunitária. Através dessa metodologia, podemos afirmar que a Rádio A é a emissora que mais alia a teoria à prática, visto que essa associação entendeu a filosofia da comunicação comunitária e, partindo disso, passou a promover a ação comunitária através da rádio. Sua programação atende as necessidades da comunidade e instiga a população a participar. Com isso, identificamos uma gama diversificada de contribuição de informações da comunidade para a rádio. Portanto, entendemos que na Rádio A acontece a comunicação comunitária, através da participação coletiva.

Diferentemente, da primeira, as Rádios B e C estão tendo dificuldades em entender e praticar a comunicação comunitária, uma vez que, inibem métodos que venham motivar a participação popular na produção de conteúdo comunitário. Isso faz com que a comunidade não participe da rádio, pois, muitas vezes, não entendem seu sentido e partem de hipóteses falsas, como: a rádio comunitária pertencer a determinado partido político. Analisando essa situação, entendemos que o fator crucial nessa deficiência é a falta de esclarecimento, por parte dos gestores e difusores comunitários, do que vem a ser o fazer rádio comunitária. É importante, contudo, que a gestão esclareça a comunidade da conceituação de comunicação comunitária e, a partir disso, a mesma venha a participar e construir a programação.

Entendemos, portanto, que a falta de instrução e, conseqüentemente, a inexperiência dos gestores e radialistas, é uma das principais causas que inibem a produção comunitária, pois o desconhecimento da comunidade sobre como fazer comunicação comunitária acarreta na falta de participação coletiva. Portanto, a rádio comunitária deve instruir a população sobre quem ela é e como participar de sua ação. Assim deve promover ações que estimulem a manifestação coletiva, despertando o cidadão a sair de sua zona de conforto, seu individualismo e participar da comunidade, formando um conjunto coeso que promova o bem-estar, a qualidade de vida e a harmonia.

Ao finalizar este trabalho recomenda-se que ações sejam realizadas com as rádios comunitárias, entendendo a associação desse setor como a responsável pela conscientização da população para o agir em comunidade, neste sentido, com a participação popular, a comunicação comunitária atinge grande parte de seus objetivos.



REFERÊNCIAS

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**/ Jorge Duarte, organizador – 2ed- São Paulo: Atlas, 2009.

FESTA, Regina. **Mulher e comunicação alternativa: um processo de resistência em explosão**. Revista comunicação e sociedade, 1982. N8, p.178).

LAKATOS, Eva Martins; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATA, da Cristina. **Construyendo comunidades: reflexiones actuales sobre comunicación comunitária** – 1ª Ed – Buenos Aires; La Crujía, 2009.

PERUZZO, Cecilia M.K. **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**, Cecilia M.K. Peruzzo, organizadora. São Paulo. Angellano Editora, 2004.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006. Acessado em 26 de março de 2012, às 17:00.

SODRÉ, Muniz. **O ethos midiaticizado**. In: Antropológica do Espelho. Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (p.11 a 82)

www.mc.gov.br/radio-comunitaria acessado em 22/03/2012 às 9:20 hrs.

